


Celso Ming

celso.ming@estadao.com

Novas incertezas na economia

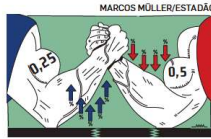
Oracha na reunião do Copom desta quarta-feira produziu mais incerteza do que a produzida pela queda dos juros básicos (Selic) em 0,25 ponto percentual, menor do que a dose maior, de 0,5 ponto, decidida nas seis reuniões anteriores.

A novidade foi mais de natureza política do que técnica. Os quatro diretores que divergiram dos outros cinco e votaram por um corte maior dos juros são os que foram conduzidos ao Copom pelo presidente Lula, um crítico ácido do atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Como em janeiro assumira a presidência do Banco Central alguém a ser indicado por Lu-

la, surgiram suspeitas de que, a partir de janeiro, o Copom mudará a ênfase da política monetária, será mais tolerante no combate à inflação e trabalhará com juros mais baixos.

Ou seja, o risco é o de que, no Copom, critérios políticos prevaleçam sobre critérios técnicos, numa conjuntura de uma política fiscal já marcada pela ganância. É preciso evitar que ocorra algo parecido com o que houve durante o governo Dilma, quando entregues ao subserviente Alexandre Tombini, os juros foram derrubados a canetadas, a inflação disparou, a recessão tomou conta, a austeridade foi para o brejo e para as pedaladas e tudo terminou como já sabido.



Juros são um dos dois preços do dinheiro (o outro é o câmbio). Quem tem dívidas ou terá de fazê-las se sentiu com a brocha na mão, porque já não sabe o que esperar das suas despesas financeiras futuras. Daí as incertezas e a insegurança.

No comunicado divulgado logo após a reunião desta quarta-feira, aparentemente para compensar o racha, o Copom fez uma afirmação inconvin-

cente de unidade, a de que os integrantes do colegiado convergiram no diagnóstico: "O Comitê, unanimemente, avalia que o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas demandam maior cautela (...) e uma política monetária contracionista".

Faltaram explicações sobre as razões técnicas pelas quais a alegada convergência no diagnóstico desaguiou na divergência quanto ao procedimento adotado. O mercado financeiro sentiu falta de chão: os juros futuros dispararam, o dólar subiu 1,0%, para R\$ 5,14, e a Bolsa caiu 1,0%. Pareceu exagerada a sensação de que Campos Neto

já não consegue liderar o Banco Central como antes; e de que tenha virado uma espécie de pato manco.

Como este é ano de escolha dos novos prefeitos e de definição das bases que comandarão a sucessão presidencial em 2026, falta saber quais serão os desdobramentos políticos e, ainda, os desdobramentos de política econômica a serem comandados por um governo que tolera rombos atrás de rombos e se sente inseguro em relação ao resultado das eleições. Até onde vai o déficit fiscal do setor público e até que ponto a economia brasileira ficará desarrumada? ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Trabalho Peso extra

Encargos trabalhistas superam 100% do valor dos salários no País

Estudo considera obrigações sociais e despesas como férias e 13.º; tributação no Brasil bate no teto de países ricos da OCDE

DANIEL WETERMAN
ALVARO GRIBEL
BIANCA LIMA
BRASÍLIA

Os encargos trabalhistas custeados pelas empresas no Brasil superam os salários pagos a seus empregados. De acordo com estudo do professor titular da USP e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) José Pastore, o custo chega a 103,7% das remunerações.

O cálculo considera todas as despesas das empresas com obrigações sociais, entre elas, as contribuições para a Previdência, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o salário-educação, além dos desembolsos relacionados ao período em que o empregado não está trabalhando, como férias e 13.º salário.

Para uma indústria contratar um trabalhador com salário de R\$ 2.287 – remuneração média para um profissional com ensino médio completo no setor –, o gasto com encargos é de R\$ 2.371,62.

Pastore observa que pratica-

mente todos os custos são fixos e compulsórios. Na prática, os encargos representam um bloqueio à expansão do emprego formal e ao aumento de salários, além de um estímulo ao emprego informal. "O Brasil fica, assim, numa situação em que os trabalhadores ganham pouco e custam muito."

Considerando apenas os impostos sobre salários e contribuições à seguridade social, a tributação no Brasil está perto

Carga pesada
Para um trabalhador que ganha salário de R\$ 2.287, o gasto da empresa com encargos é de R\$ 2.371,62

da carga máxima cobrada em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), conforme levantamento do *Estadão* com dados de 42 nações divulgados pela instituição.

COMPARAÇÃO. As empresas brasileiras pagam 25,8% de impostos sobre os salários dos empregados e contribuições à seguridade social, de acordo com a organização. Em uma relação de 42 membros da OCDE e economias parceiras, a tributação fica atrás apenas da vigente na França e bate outros países ricos.

É como se o Brasil cobrasse

o mesmo nível ou até mais impostos do que países com renda mais alta e com maior produtividade. Para especialistas, uma tributação alta limita a criação de empregos formais e é uma das explicações para o nível de informalidade dos empregados e para o fenômeno conhecido como "pejotização" (contratação de serviços sem vínculo empregatício).

A comparação foi feita com números de 2019, último ano em que a OCDE publicou dados sobre o Brasil. Os índices mais recentes, divulgados em 2023 e restritos a membros da organização, têm variações menores que um ponto percentual e não alteram o cenário. O número não inclui tributação sobre a renda, impostos pagos diretamente pelo trabalhador e encargos sobre férias e 13.º salário.

Em comparação ao salário médio dos trabalhadores, o que se paga no Brasil na forma de impostos sobre a remuneração e as contribuições à seguridade social (25,8%) fica acima da média dos países que integram a OCDE (13,8%) e de nações ricas como Alemanha (16,5%), Reino Unido (9,8%), EUA (7,6%), além de países como China (22,1%) e México (10,4%). Alguns países, como Nova Zelândia e Chile, não cobram impostos sobre a folha; focam na cobrança de tributos sobre a renda do trabalhador. ●

4 perguntas para...



ROBSON GONÇALVES

Professor da Fundação Getúlio Vargas

● **Como o sr. caracteriza o Brasil na tributação sobre os salários?**

Somos campeões de oneração sobre a folha. A contribuição patronal de 20% para a Previdência faz com que a carga tributária sobre a folha se aproxime de 55% a 60%, a depender de alguns itens. Se pegarmos os países da OCDE, a média é 34,6% (incluindo Imposto de Renda, impostos pagos pelas empresas e pelos empregados). Aqui no Brasil, temos 13.º salário, que não é tributado, não é contribuição social, mas é encargo sobre a folha. A maioria dos países não pratica isso. Nós temos algumas empresas que são obrigadas a fazer seguro de trabalho, isso dá mais 3%, algumas que são obrigadas a fazer seguro de acidentes de trabalho, mais 3%. Temos contribuições para o Sistema S, salário-educação. Se considerar tudo isso, chegamos a uma tributação de 55% a 60%.

● **Qual é o efeito disso para a empregabilidade e a produtividade?**

Esse é um dos três vetores do custo Brasil. O primeiro é a infraestrutura inadequada. O segundo eixo é a burocracia. E o terceiro eixo é a oneração da folha. Produzir e empregar no Brasil é caro, e não deveria ser. A gente deveria ter uma oneração sobre o consumo e a renda, não sobre produção e geração de emprego. Algumas pessoas vão dizer que na

Alemanha os encargos são de quase 50%. Na França, a mesma coisa, mas nesses países temos a questão populacional, uma população envelhecendo e vivendo muito, é um drama previdenciário que existe lá. No caso do Brasil, não temos população que vive tanto e nem tão idosa, e ainda assim o País onera muito a folha. No Chile, a contribuição sobre a folha é de 7%. No México, que é bem comparável, é da ordem de 20%. Na Índia, não chega a 4%.

● **Qual é o risco da reoneração da folha salarial?**

O grande risco, quando se onera demais a folha, é precarizar ainda mais as relações de trabalho no Brasil. É sonegar, não registrando em carteira, e não tendo como fazer todos esses recolhimentos. Se disser que no Brasil a informalidade e a sonegação não são uma ameaça, você está vivendo em outro planeta. A reoneração pode pressionar algumas empresas a ter conduta de fugir dessa oneração por meio da informalidade. No mundo inteiro, uma carga tributária excessiva induz à sonegação.

● **E qual a receita para elevar a produtividade?**

Passa pela educação da mão de obra, nossos baixíssimos índices de educação batem aqui. Temos índices vergonhosos que resultam em analfabetismo funcional, não tem como um trabalhador operar uma máquina nem de comando numérico, que é do século passado. Também é preciso reduzir o déficit de infraestrutura no Brasil e reduzir a burocracia. ● D.W., A.G. e B.L./BRASÍLIA